

Processo Licitatório: 130/2025

Modalidade: Inexigibilidade: 18/2025

Edital: 57/2025

CREDENCIAMENTO DE LABORATORIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES

LABORATORIAIS AO PREÇO TABELA SUS

Dotação orçamentária nº 3.3.90.39.00.2.09.01.10.302.0013.2.0094

Data inicial para apresentação de documentos para credenciamento: 27/08/2025

O MUNICÍPIO DE MIRAÍ, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, torna público que estará CREDENCIANDO, a partir de 27/08/2025, LABORATÓRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS AO PREÇO DA TABELA SUS, segundo as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório:

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos. O pedido de impugnação ou esclarecimento deverá ser protocolado até 3 (três) dias úteis antes da data de credenciamento. A resposta à impugnação ou pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Miraí no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data inicial para apresentação de documentos para credenciamento, conforme o § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021. A apresentação tempestiva de impugnação não impedirá a participação do impugnante no processo de credenciamento, até o trânsito em julgado da decisão pertinente.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

1.1. Constitui objeto deste edital o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS AO PREÇO DA TABELA SUS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO:

- 2.1. O credenciamento terá início em 27/08/2025 e permanecerá aberto durante toda a vigência deste edital, permitindo que novos interessados se credenciem a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas.
- 2.2. Os documentos para credenciamento deverão ser entregues no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Miraí, situado na Praça Raul Soares, nº 126 Centro MIRAÍ/MG.
- 2.3. A Administração divulgará e manterá à disposição do público, em seu sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital de chamamento de

interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados durante a vigência do edital, conforme previsto no art. 79, § único, I, da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Serão admitidos a participar deste credenciamento somente os laboratórios de análises clínicas que estejam legalmente constituídos e habilitados para realizar o objeto deste edital, com registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e licenças sanitárias válidas, que comprovem idoneidade técnico-operacional e regularidade fiscal e trabalhista, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Miraí.
- 3.2. Não poderão participar deste credenciamento:
- 3.2.1. Laboratórios que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;
- 3.2.2. Laboratórios que tenham sido declarados inidôneos para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de governo;
- 3.2.3. Empresas que não comprovarem regularidade quanto à quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, ou quanto à contribuição previdenciária e trabalhista, considerando a sede ou principal estabelecimento do licitante.

### CLÁUSULA QUARTA – DA HABILITAÇÃO:

- 4.1. Os interessados deverão apresentar um único envelope contendo a documentação relativa à habilitação, indicados externamente com a razão social, CNPJ, endereço e identificação do processo: Credenciamento nº 57/2025 MIRAÍ/MG.
- 4.2. No envelope da habilitação deverão constar os seguintes documentos:

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e suas alterações, se houver;

Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e Alvará de funcionamento ou licença sanitária emitida pelo órgão competente;

Comprovação de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal (tributos e dívida ativa), bem como Certidão Conjunta de Débitos relativos ao INSS e Certificado de Regularidade do FGTS;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com emissão de até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação da documentação;



Declaração, assinada pelo representante legal do laboratório, de aceitação plena das normas deste edital e dos valores da tabela SUS;

Declaração de que o laboratório não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

Declaração de inexistência de fato impeditivo para habilitação, assinada pelo representante legal do laboratório;

Declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Indicação do representante legal do licitante, com documentação (procuração ou equivalente, CPF e RG), para praticar atos do credenciamento.

# CLÁUSULA QUINTA – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO:

- 5.1. A Comissão Permanente de Licitação receberá e verificará se a documentação atende às condições exigidas na cláusula anterior. Após análise, será emitido parecer sobre a viabilidade do credenciamento.
- 5.2. A aprovação ou não do credenciamento será comunicada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da documentação.
- 5.3. O credenciamento se dará na medida em que for aprovada a documentação apresentada pelo laboratório interessado.
- 5.4. Considerar-se-á habilitada a pessoa jurídica que apresentar corretamente a documentação exigida.
- 5.5. A inabilitação importa em perda do direito ao credenciamento.
- 5.6. O resultado do credenciamento será publicado na Imprensa Oficial do Município.
- 5.7. Os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado, para recorrer do resultado do credenciamento. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Miraí.

# CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.2.09.01.10.302.0013.2.0094.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E PAGAMENTO:

- 7.1. Os laboratórios credenciados serão remunerados pelos exames realizados de acordo com os valores fixados pela tabela SUS (Sistema Único de Saúde), sem possibilidade de ágio. O gestor não está obrigado a contratar todos os exames oferecidos, podendo adquirir quantidades conforme necessidade do serviço público.
- 7.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e do relatório detalhado dos exames realizados no período, atestados pela coordenação da Secretaria de Saúde.
- 7.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada de relatório discriminando, por usuário, o tipo de exame, a data da coleta e a data de entrega do laudo, conforme item 9.2 do Termo de Referência.

### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

- 8.1. O presente edital de credenciamento terá vigência por prazo indeterminado, permitindo que novos interessados possam se credenciar a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas.
- 8.2. Os contratos decorrentes deste credenciamento terão vigência inicial de até 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura, conforme o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogados sucessivamente, desde que haja previsão no edital e seja atestada, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados e a manutenção de vantajosidade, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3. A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, caso não disponha de créditos orçamentários suficientes ou entenda que o contrato não oferece mais vantagem, observando o § 1º do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA NONA – DO TERMO DE CREDENCIAMENTO E SUA RESCISÃO:

- 9.1. Os habilitados serão convocados a assinar o Termo de Credenciamento e aqueles que o assinarem serão considerados CREDENCIADOS, recebendo os formulários específicos para a operacionalização dos atendimentos.
- 9.2. As situações não previstas neste edital poderão ser objeto de alteração ao Termo de Credenciamento.
- 9.3. Os empregados do credenciado não terão vínculo empregatício com a Administração Municipal, sendo de exclusiva responsabilidade do credenciado os encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.
- 9.4. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, rever e alterar a abrangência prevista no Termo de Credenciamento, ampliando ou limitando os serviços de assistência à saúde prestados pelo credenciado, de acordo com a disponibilidade orçamentária.
- 9.5. A Administração não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos pelos laboratórios credenciados, mas apenas aqueles necessários para atender às demandas da rede municipal de saúde.



- 9.6. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido a qualquer momento por iniciativa de qualquer das partes, mediante prévia comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 9.7. Ocorrendo rescisão do Termo de Credenciamento, os procedimentos em andamento deverão ser mantidos até sua conclusão ou deliberação das partes, assegurando-se a continuidade do atendimento aos pacientes até o final dos serviços contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo credenciado, este estará sujeito às seguintes sanções administrativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme a Lei nº 14.133/2021:

#### Advertência;

Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, proporcional à gravidade da infração, por inexecução total ou parcial das atividades contratadas;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em caso de inexecução grave, reiterada ou desídia na execução dos serviços;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até reabilitação perante a autoridade competente.

- 10.2. As sanções previstas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, e o atraso na execução dos serviços, quando imputável ao credenciado, poderá sujeitar este à multa ou atualização monetária, nos termos do art. 145 da Lei  $n^{\circ}$  14.133/2021.
- 10.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido aos cofres do Tesouro Municipal em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inscrição em dívida ativa.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 11.1. Fica assegurado à Comissão Permanente de Licitação o direito de intervir nos atos deste credenciamento no interesse da Administração, sem que caiba aos interessados qualquer reclamação ou indenização.
- 11.2. A participação neste credenciamento implica aceitação plena e irretratável das normas deste edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais aplicáveis, especialmente a Lei nº 14.133/2021.
- 11.3. O contrato a ser celebrado poderá estabelecer condições não fixadas no edital, desde que compatíveis com o objeto e a legislação aplicável.



- 11.4. Dos atos e decisões relativos a este credenciamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme previsto no edital.
- 11.5. Em caso de recredenciamento, o credenciado deverá oficializar por escrito sua intenção de permanecer no credenciamento, atualizando seus dados cadastrais, se necessário.
- 11.6. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de MIRAÍ, de segunda a sexta, das 08:00 às 15:30 horas, pelo telefone (32) 3426-1268 ou e-mail licitacao@mirai.mg.gov.br, onde poderão ser examinados e adquiridos o edital e seus anexos.
- 11.7. Os participantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados, em qualquer fase deste credenciamento.
- 11.8. O foro competente para dirimir dúvidas decorrentes deste credenciamento é o da Comarca de Miraí/MG, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ANEXOS:

12.1. Constituem anexos deste edital: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta Contratual.

MIRAÍ, 25 de agosto de 2025.

#### LISANDRA BRAGA SUTANA VILLAS

Secretária Municipal de Saúde

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHAES
Prefeito Municipal de Miraí

MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA Agente de Contratação

RICARDO OLIVEIRA ZANELLA Advogado OAB/MG N° 92.615

CNPJ 17.966.201/0001-40 Praça Raul Soares nº 126 – Bairro Centro Mirai/MG Tel: 32 3029-6699



#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLINICAS

#### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto o **credenciamento de laboratórios de análises clínicas** para a realização de exames laboratoriais, com base no art. 74, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição por se tratar de contratação **não exclusiva e aberta a todos os interessados que preencham os requisitos mínimos de habilitação**, visando assegurar ampla cobertura e atendimento à demanda variável da rede municipal de saúde.

#### 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda de exames laboratoriais provenientes dos serviços da rede municipal de saúde, assegurando celeridade e qualidade na assistência aos usuários. A inexistência deste serviço poderá acarretar prejuízos à detecção precoce, monitoramento e controle de doenças, comprometendo o cuidado integral à saúde da população.

#### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os laboratórios credenciados deverão:

- Realizar exames laboratoriais constantes na tabela SUS (EM ANEXO);
- Disponibilizar resultados dentro dos prazos estabelecidos;
- Garantir a qualidade e precisão dos resultados;
- Manter registros atualizados e disponíveis para auditoria.

A lista de exames laboratoriais passíveis de realização, com os respectivos códigos SIGTAP e valores máximos de remuneração com base na Tabela SUS/AMB, compõe o Anexo I deste Termo de Referência."

## 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMA DE REMUNERAÇÃO

Os laboratórios credenciados serão remunerados conforme valores fixados previamente pela Administração Pública, com base na tabela do SUS ou AMB (a critério da Administração). O pagamento será feito por exame efetivamente realizado e validado pela coordenação da Secretaria de Saúde.

#### 5. SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

#### 6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO



Fonte: 1500 – Recurso Próprio

#### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Disponibilizar as requisições de exames conforme demanda dos serviços de saúde;
- 7.2 Efetuar os pagamentos conforme cronograma e critérios estabelecidos;
- 7.3 Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

#### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Realizar os exames conforme normas técnicas e protocolos vigentes;
- 8.2 Garantir a qualidade, confiabilidade e sigilo dos resultados;
- 8.3 Emitir e entregar os laudos dentro dos prazos estabelecidos;
- 8.4 Manter infraestrutura, equipamentos e pessoal qualificado;
- 8.5 Apresentar documentação fiscal e trabalhista regular;
- 8.6 Manter atualizadas as licenças de funcionamento (VISA, CNES, CRM responsável técnico, entre outros);
- 8.7 Comunicar qualquer alteração que impacte na prestação do serviço.

#### 9. FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 Pagamento em até 30 dias após apresentação da nota fiscal e comprovação dos exames realizados;
- 9.2 A nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório detalhado com a identificação dos usuários, tipo de exame, data de coleta e entrega dos laudos.

#### 10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os exames deverão ser realizados nas unidades próprias dos laboratórios credenciados, ou em sistema de coleta domiciliar/in loco, conforme pactuado com a Secretaria de Saúde. O prazo de entrega dos laudos será especificado por tipo de exame.

#### 11. HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

Para participar do certame, os licitantes deverão atender às exigências de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, apresentando a documentação comprobatória nos seguintes termos:

I - Habilitação Jurídica

Os licitantes deverão comprovar sua regular existência jurídica mediante a apresentação dos seguintes documentos, de acordo com sua natureza empresarial:

- a) Empresário Individual: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) ou registro na Junta Comercial competente;
- b) Sociedade Empresária: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial. No caso de alterações contratuais consolidadas, apresentar a última versão atualizada;
- c) Sociedade Simples: Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- d) Sociedade por Ações: Estatuto social atualizado, acompanhado da ata da última assembleia que tenha nomeado a diretoria em exercício;
- e) Empresa Estrangeira em Funcionamento no Brasil: Decreto de autorização para funcionamento expedido pelo Governo Federal, quando exigível.
- II Regularidade Fiscal e Trabalhista
- a) Prova de inscrição e regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme a sede da empresa;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme exigido pelo art. 14, § 1°, da Lei n° 14.133/2021;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- III Qualificação Técnica
- a) Declaração formal do licitante de que dispõe de capacidade técnica, estrutura e equipamentos necessários para cumprir o contrato dentro dos prazos estipulados.
- b) Cópia da licença sanitária válida expedida pelo órgão competente;
- c) Comprovação de inscrição ativa do laboratório no CNES;
- d) Apresentação do nome e registro do responsável técnico, com comprovação de inscrição regular no respectivo conselho profissional (CRM, CRF ou CRBM).
- IV Qualificação Econômico-Financeira
- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição não superior a 90 dias da abertura da licitação, salvo se o documento tiver validade expressa superior a esse prazo;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme prevê o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Para empresas constituídas há menos de dois anos, será admitido o balanço de período inferior, desde que devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, facultando a verificação da capacidade econômico-financeira do licitante.
- d) Para empresas constituídas há menos de um ano, considerando que o balanço patrimonial é um documento de caráter anual, será aceita a demonstração contábil de abertura da empresa, acompanhada de balancetes mensais ou trimestrais assinados por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que demonstrem a capacidade econômico-financeira da empresa.
- e) Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional poderão substituir o balanço patrimonial por uma declaração assinada pelo representante legal da empresa, informando a inexistência de obrigatoriedade de escrituração contábil, acompanhada, se disponível, de balancete simplificado.
- f) Empresário Individual (EI):se optante pelo Simples Nacional, poderá apresentar declaração conforme descrito na alínea "e". Se tributado pelo Lucro Presumido ou Lucro Real, deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

A não apresentação de qualquer um dos documentos exigidos poderá acarretar a inabilitação do licitante, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente.



#### 12. VIGÊNCIA E CHAMAMENTO CONTÍNUO

O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado. O chamamento será contínuo, permitindo adesão de novos laboratórios que atendam aos requisitos.

O presente credenciamento é não exclusivo, com chamamento público contínuo, e todos os interessados que preencherem os requisitos de habilitação previstos neste termo serão credenciados, independentemente de ordem de classificação ou pontuação, respeitando-se os princípios da impessoalidade, legalidade e eficiência.

#### 13. PENALIDADES

Comonie o art. 130 da Lei ir 14.133	Conforme o art.	156 da	Lei n°	14.133/	2021:
-------------------------------------	-----------------	--------	--------	---------	-------

Advertência;

Multa de até 10% sobre o valor mensal estimado;

Suspensão por até 2 anos;

Descredenciamento em caso de descumprimentos graves ou reincidência.

**Ana Laura Alcântara**Diretor Executivo de Atenção à Saúde

Lisandra Braga Sutana Villas Secretária Municipal de Saúde



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

#### Estado de Minas Gerais

#### ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL

Processo Licitatório nº 130/2025 Inexigibilidade nº 18/2025 Edital: 57/2025

#### **Ref. CREDENCIAMENTO**

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Processo de Credenciamento nº 57/2025 - Edital nº 57/2025

Partes: Município de Miraí, doravante CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Adaelson de Almeida Magalhães, e o laboratório credenciado, doravante CONTRATADO, qualificado na proposta de credenciamento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de análises clínicas pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, compreendendo a realização de exames laboratoriais constantes da Tabela SUS, conforme demandas do Sistema Único de Saúde do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

- 2.1. Este contrato terá vigência inicial de até 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, conforme art. 106 da Lei nº 14 133/2021
- 2.2. A prorrogação poderá ocorrer sucessivamente, desde que prevista no edital e atestada pelo ordenador de despesa a existência de créditos orçamentários suficientes, em conformidade com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3. O prazo total de vigência, incluídas as prorrogações, não poderá exceder 10 (dez) anos, salvo casos autorizados por legislação específica.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO:

3.1. O valor dos serviços será determinado pela quantidade de exames efetivamente realizados pelo CONTRATADO, conforme as tarifas máximas estabelecidas pela tabela SUS vigente. O CONTRATADO declara ter aceitado os valores unitários dos exames indicados na proposta de credenciamento, não podendo cobrar valores superiores aos fixados.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 4.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orcamentária 3.3.90.39.00.2.09.01.10.302.0013.2.0094.
- 4.2. O valor total estimado do contrato é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme orçamento previsto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 5.1. O pagamento pelos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e do relatório detalhado dos exames realizados, atestados pelo gestor da Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada de relatório discriminando por usuário o tipo de exame, a data da coleta e a data de entrega do laudo, conforme item 9.2 do Termo de Referência.
- 5.3. Eventuais diferenças de datas de pagamento em relação às previstas não gerarão qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 6.1. Realizar os exames laboratoriais contratados em conformidade com protocolos técnicos vigentes, nos prazos e locais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.2. Garantir a qualidade, confiabilidade e sigilo dos resultados, emitindo laudos técnicos devidamente assinados pelo responsável técnico.
- 6.3. Entregar os laudos dentro do prazo estabelecido para cada exame, conforme normas do Termo de Referência.
- 6.4. Manter toda a infraestrutura, equipamentos, insumos e pessoal qualificado necessários à execução dos serviços.
- 6.5. Manter em dia todas as licenças e autorizações do Contratado (CNPJ, alvará sanitário, CNES, registro profissional do responsável técnico) junto aos órgãos competentes.
- 6.6. Apresentar ao CONTRATANTE, quando exigido, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7. Comunicar prontamente ao CONTRATANTE qualquer fato ou medida que possa interferir na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

#### Estado de Minas Gerais

- 7.1. Disponibilizar as requisições e ordens de serviços para a realização dos exames, conforme demanda da rede municipal de saúde.
- 7.2. Receber os resultados dos exames apresentados pelo CONTRATADO, conferindo sua regularidade.
- 7.3. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos neste contrato.
- 7.4. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, notificando o CONTRATADO sobre quaisquer irregularidades observadas.
- 7.5. Fornecer informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços pelo CONTRATADO.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES:

- 8.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações deste contrato sujeita o CONTRATADO às sanções previstas no edital e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2. As penalidades aplicáveis incluem advertência, multa (conforme cláusula 10 do edital), suspensão temporária de licitar e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.
- 8.3. Em caso de multas, os valores correspondentes deverão ser recolhidos aos cofres do Tesouro Municipal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO E RESCISÃO:

- 9.1. O credenciamento poderá ser cancelado pelo CONTRATANTE em casos de infrações contratuais graves ou por interesse público, nos termos da legislação aplicável.
- 9.2. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE sem indenização, nos casos previstos no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, bem como por descumprimento de cláusulas contratuais pelo CONTRATADO.
- 9.3. O CONTRATADO poderá rescindir este contrato mediante requerimento escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de inadimplemento.
- 9.4. Em qualquer hipótese de cancelamento ou rescisão, serão preservados os procedimentos em andamento, devendo o CONTRATADO concluí-los nos prazos contratados ou conforme determinação do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 10.1. Durante a vigência do contrato, o CONTRATADO não poderá transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- 10.2. O presente contrato obriga as partes contratantes, seus herdeiros e sucessores, em qualquer atribuição ou encargo.
- 10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO:

11.1. A publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial do Município correrá por conta do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Miraí/MG, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Miraí (MG), c	e	_ de 2025.	
ADAELSON DE Prefeito Municip		MAGALHÃES	
(Representante de Nome:			
Testemunhas:			
		CPF:	
		CDE	